

Governo descarta ampliação da pauta

Josemar Gonçalves 27.11.88

O ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, afirmou, ontem, que não tem o menor sentido a proposta do deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP) de convocação do Congresso para ampliar a pauta de votação. O ministro observou que "quem convoca marca a pauta". Como a iniciativa coube ao presidente Fernando Collor, não há possibilidade da pauta fixada ser alterada. A convocação extraordinária, a partir do dia 7 deste mês, visa a apreciação de cinco medidas provisórias, "urgentes e relevantes", acentuou.

Duas Medidas Provisórias — 289 que reformula as alíquotas de cobrança do Imposto Territorial Rural (ITR), e 290 — estabelecendo a livre negociação das mensalidades escolares entre pais de alunos e donos de escola — são consideradas prioritárias. No caso do ITR, se a medida não for transformada em lei até o próximo dia 17, o imposto não poderá ser cobrado este ano. Quanto às mensalidades escolares, o risco é não haver legislação no início do ano letivo, em fevereiro.

Sobre o empréstimo de US\$ 51 milhões para liberar os navios do Lloyd Brasileiro na Europa e nos Estados Unidos, Passarinho explicou que não há necessidade de editar nova medida provisória. Basta que a Medida Provisória 288, que determina a privatização ou a extinção do Lloyd Brasileiro, seja aprovada com emenda autorizando o Fundo de Marinha Mer-

cante a conceder o empréstimo. O fundo tem recursos, mas pela lei, só é autorizado a fazer investimentos.

O ministro prefere não fazer previsões sobre o "quorum" no Congresso para a convocação extraordinária. Admitiu, porém, que se os parlamentares não comparecerem, o governo terá que reeditar algumas medidas. Assim, a tarefa ficará para o novo Congresso.

O ministro da Justiça considerou um equívoco do governo o fato de se ter estabelecido que o Congresso funcionará extraordinariamente de amanhã até o dia 31 próximo. "Fixar o prazo final para a convocação é um equívoco, que traz riscos de complicações. Pode ser que aqueles que se reelegeram acabem deixando para só comparecer ao Congresso no final do mês, já que obrigatoriamente terão que estar aqui dia 1º de fevereiro, para a instalação da nova legislatura. Pode ser, também, que se consiga votar todas as medidas provisórias que justificaram a convocação em apenas uma semana, o que não justificaria que o Congresso continuasse aberto", avaliou.

Passarinho disse que o Governo espera que pelo menos uma das medidas provisórias que devem ser apreciadas, a que alterou os índices de cobrança do Imposto Territorial Rural (ITR), seja apreciada no máximo até o dia 17.



Passarinho não quer ampliação da pauta da reunião do Congresso, nem revisão da Carta